



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

**AVISO CONJUNTO Nº 15/PR/2019**

Avisa sobre a implantação do Sistema “Processo Judicial Eletrônico - PJe” na Justiça Comum e no Juizado Especial Cível da Comarca de Brumadinho, em caráter emergencial.

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA e o CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do art. 26 e o inciso I do art. 32 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO o inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assegura a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

CONSIDERANDO a Lei federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que “dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 -Código de Processo Civil; e dá outras providências”;

CONSIDERANDO que a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 185, de 18 de dezembro de 2013, “institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento”;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta da Presidência nº 411, de 20 de maio de 2015, que regulamenta o Sistema “Processo Judicial Eletrônico - PJe”, na Justiça comum de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO os reflexos do rompimento da barragem na empresa Vale S/A, localizada no Córrego do Feijão, zona rural do Município de Brumadinho/MG, e a necessidade de se colocar em prática um plano emergencial para o enfrentamento dessa situação de calamidade pública;

CONSIDERANDO o que ficou consignado no processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0010946-33.2019.8.13.0000,

**AVISAM** aos juízes de direito, servidores, advogados públicos e privados, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública e demais interessados que, em 4 de fevereiro de 2019, o Sistema “Processo Judicial Eletrônico - PJe” foi implantado na Justiça Comum e no Juizado Especial Cível da Comarca de Brumadinho, abrangendo todas as classes processuais de natureza cível, inclusive cartas precatórias.

Belo Horizonte, 6 de fevereiro de 2019.

**Desembargador NELSON MISSIAS DE MORAIS**  
Presidente

**Desembargador JOSÉ GERALDO SALDANHA DA FONSECA**  
Corregedor-Geral de Justiça